

OF.R.Nº 192/2023

GABINETE DA REITORIA
Londrina, 11 de abril de 2023.

Senhores Deputados,

Em atendimento à solicitação da apresentação das demandas da Universidade Estadual de Londrina, indicamos os seguintes pontos:

- 1- Investimento em infraestrutura para adaptação dos espaços da Universidade visando garantir as condições de acesso e permanência de pessoas com deficiência, uma vez que a maioria das construções da Instituição são antigas. Seria fundamental ter um programa no PPA que contemplasse as demandas de infraestrutura para adequações dos prédios públicos da Universidade que ainda não sofreram adequações para receber pessoas com deficiência;
- 2- Importante a criação de programas para financiar os serviços prestados à população por meio das atividades de extensão da Universidade: para projetos específicos de extensão e para o custeio dos órgãos prestadores de serviços existentes na Universidade uma vez que eles não foram parametrizados na Lei Geral das Universidades. Amplia-se, dessa forma, a possibilidade da criação de parcerias entre a Universidade, Sociedade e demais órgãos do Governo;
- 3- Viabilização de suplementação de recursos para o término de obras que já tinham recursos, mas que foram paralisadas durante a pandemia. Os recursos dessas obras são provenientes do Governo Federal, mas agora são insuficientes para as conclusões das obras: Nova Biblioteca, Pista de Atletismo, LAPEB e LABIO – Laboratórios de Pesquisa;

À
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ALEP
Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Centro Cívico
80530-911 - CURITIBA – PR



- 4- Viabilização de recursos para o término da Clínica Odontológica: o empreendimento da Clínica Odontológica Universitária – COU/UEL teve seu projeto concebido em 2009, com três blocos de edificações. Em função dos recursos disponíveis, em 2014, apenas o Bloco 1 foi finalizado, a partir de diversas adequações para absorver funções inicialmente previstas também nos blocos 2 e 3, os quais já possuem suas fundações e estruturas executadas. Com o intuito da COU voltar a atender às demandas originais, que entre 2005 e 2012, chegou a quase 1 milhão de pessoas atendidas, e mais de dois milhões de procedimentos, realizados a pacientes de Londrina e outros 57 municípios da região, torna-se importante a retomada da obra para finalização dos Blocos 2 e 3 da COU/UEL;
- 5- "Criação de políticas de acesso e permanência estudantil". Solicitação para que seja avaliada e acompanhada a discussão que está sendo realizada na SETI sobre os recursos para a assistência e para permanência estudantil no ensino superior;
- 6- Não aplicação da desvinculação das receitas dos estados e municípios sobre os recursos diretamente arrecadados pela Universidade. A aplicação da DREM (Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios) afeta diretamente a competitividade das unidades que prestam importantes serviços à sociedade, COPS (Coordenadoria de Processos Seletivos). Com preços públicos menos competitivos, as unidades tendem a ter menos possibilidade de atender às demandas da sociedade com valores adequados. O efeito também será percebido na diminuição de atividades em Órgãos que estão diretamente vinculados à formação, como o Hospital Veterinário. A aplicação da DREM em preços públicos como a taxa do vestibular e o valor da refeição no Restaurante Universitário dificultam a inclusão e permanência de estudantes mais vulneráveis. Essa ação é incompatível com a missão das IEES e das políticas públicas sociais;
- 7- Garantia de pagamento, por parte do Tesouro, das Requisições de Pequeno Valor (RPV): O pagamento de RPV com recursos próprios e sem um limitador (semelhante aos precatórios do Estado), dificultam o cumprimento da missão institucional e comprometem as ações de manutenção e investimento em novas estruturas;



- 8- Reajuste dos valores de aluno equivalente e de trabalhadores operacionais equivalentes, previsto na Lei Geral das Universidades;
- 9- Inserção de recursos no Plano Plurianual para a construção do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (EAAJ). Este Órgão Suplementar, que é responsável pelo acompanhamento jurídico de mais de 2800 casos, nos quais seus docentes e estudantes do Curso de Direito prestam assistência à população carente e em situação de vulnerabilidade de Londrina e seus distritos, não possui sede própria, e está instalado em um prédio alugado, no valor de R\$ 24.000,00 mensais, o que representa um alto custo anual para o erário. O valor estimado para a construção de uma sede para o Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos é de R\$ 7 milhões e 700 mil.

O atendimento às demandas ora apresentadas, contribuirá para que a Universidade Estadual de Londrina continue prestando seus serviços e atendimentos à população, além de gerar, disseminar e socializar conhecimento com padrões de qualidade, formar profissionais em diferentes áreas de conhecimento, promover desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural da sociedade, entre outras atividades.

Certos da atenção, antecipamos os agradecimentos e nos colocamos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,



Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora